



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio
Cultural
ISSN: 1695-7121
info@pasosonline.org
Universidad de La Laguna
España

Pasa Gómez, Carla Regina; Cavalcanti Falcão, Mariana; Gómez Castillo, Leonardo
Augusto; Nobrega Correia, Suzanne; Macário de Oliveira, Verônica
Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos
PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 13, núm. 5, octubre, 2015, pp.
1213-1227
Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88142120015>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos

Carla Regina Pasa Gómez* Mariana Cavalcanti Falcão
Leonardo Augusto Gómez Castillo*****

Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)

Suzanne Nobrega Correia** Verônica Macário de Oliveira*******

Universidade Federal de Campina Grande (Brasil)

Resumo: O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem sido promulgado como uma “nova” forma de fazer turismo que se opõe ao turismo de massa, e como uma iniciativa que apresenta potencial de transformação social e de desenvolvimento sustentável local. Tais iniciativas tem como característica principal a busca pela qualidade de vida para os envolvidos, a procura por ganhos sociais e/ou ambientais no contexto local, e pelas iniciativas em prol da coletividade. Nessa perspectiva, o TBC parece estar alinhado com os postulados da inovação social (IS), mas a ausência de uma discussão teórica mais aprofundada nessa área dificulta o entendimento que se tem do TBC como mecanismo de transformação social de uma localidade e diante disto de ele ser compreendido como uma forma de inovação social. Por tanto, o objetivo deste trabalho é analisar as possíveis congruências entre os constructos de TBC e IS lançando mão do modelo de análise da inovação social desenvolvido por Tardif e Harrison (2005). Os achados confirmam que o Turismo de Base Comunitária pode ser considerado uma Inovação Social uma vez que contempla as diversas categorias de Inovação Social conforme apontado pela rede de congruências dos constructos dos conceitos.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; inovação social; turismo de base comunitária.

Community-Based Tourism as Social Innovation: congruence between the constructs

Abstract: Community-based tourism (CBT) has been promulgated as a “new” form of tourism that is defined as the opposite to mass tourism. It is also considered as an initiative that has a potential for social transformation and sustainable local development. CBT initiatives are characterized by the pursuit of quality of life for the actors involved, the search for social and/or environmental gains at the local level, and the development of initiatives that favor the collective. In this perspective, CBT seems to be aligned with the postulates of Social Innovation (SI). However, in academic circles, the understanding of CBT as a mechanism of social transformation and as a form of social innovation is difficult to comprehend due to an absence of a theoretical framework. Therefore, the objective of this paper is to analyze the congruence between the concepts of CBT and IS based on the analysis of the model of social innovation proposed by Tardif and Harrison (2005). The findings confirm that the community-based tourism can be considered a social innovation since it contemplates the various categories of social innovation as stated by network of congruences of the constructs of the concepts deduced from the analysis.

Keywords: sustainable development; social innovation; community-based tourism.

* Bacharel em Administração Mestre em Engenharia de Produção - área de concentração: estratégia empresarial; Doutora em Engenharia de Produção - área de concentração: gestão ambiental; Pós-doutora em Turismo e Sustentabilidade; E-mail: carlapasagomez@gmail.com

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal de Pernambuco; Professora da Universidade Federal de Pernambuco; E-mail: marianafalcão.ufpe@gmail.com

*** Programa de Pós-Graduação em Design - Universidade Federal de Pernambuco; E-mail: leonardo.a.gomez@gmail.com

**** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal de Pernambuco; Professora da Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba; E-mail: suzanne.encl@gmail.com

***** Professora da Universidade Federal de Campinas Grande – Paraíba; E-mail: veronicamacario@gmail.com

1. Introdução

Ao longo dos últimos anos, as estratégias de desenvolvimento regional e urbano têm oscilado entre dois pólos. O primeiro, que é predominante e de caráter *top-down*, define tais estratégias com foco no desenvolvimento de mecanismos de mercado, voltadas para tornar as regiões e territórios mais competitivas através da produção em grande escala, apoiada em novos sistemas tecnológicos. O principal propósito é fortalecer a base econômica dos territórios e as transformações institucionais que ocorrem através da implantação de diversos mecanismos de indução. No outro extremo, começam a surgir as iniciativas *bottom-up* que são expostas à dinâmica de reestruturação econômica caracterizada por ações socialmente coletivas. Estas iniciativas têm levado a uma lógica integrada de desenvolvimento, na busca da resolução de problemas e necessidades sociais através de uma ação coordenada por diversos agentes (Maccallum *et al.*, 2009), as quais têm sido denominadas de inovação social (IS).

A inovação social se configura como uma série de estratégias que buscam dar resposta aos problemas sociais por meio de iniciativas produtivas e de políticas de inclusão social democráticas, potencializando as localidades e seus recursos rumo ao desenvolvimento. Em um contexto local, essas estratégias surgem como alternativa para desenvolver e apontar soluções socioambientais, tendo como premissa básica a participação dos atores sociais envolvidos, dependentes de processos de conscientização, mobilização e aprendizagem (European Comission, 2014). Tais iniciativas tem como foco o envolvimento de atores na geração de metodologias participativas e de inclusão social que gerem diversos tipos de relações e práticas sociais baseados em políticas de empoderamento dos atores (Maccallum *et al.*, 2009).

Por outro lado, estudos apontam o Turismo de Base Comunitária (TBC) como um possível exemplo de iniciativa *bottom-up*, uma vez que se caracteriza pela aproximação dos atores em busca de soluções a problemas locais de natureza econômica, social, ambiental, política e/ou cultural que se dá por meio da cooperação e, do protagonismo da comunidade no planejamento e controle da atividade turística. As experiências de turismo de base comunitária enfatizam o convívio do visitante com a realidade cotidiana das comunidades que encontram-se à margem do processo hegemônico do desenvolvimento. Assim, o cerne dessas experiências são as vivências oferecidas aos turistas, como o plantio, a pesca, a participação em cerimônias locais, e a hospedagem na casa dos moradores da região, indo contra o padrão dos serviços turísticos oferecidos em massa.

Nessa perspectiva, o TBC parece estar alinhado com os postulados da inovação social (IS), mas a ausência de uma discussão teórica mais aprofundada nessa área dificulta o entendimento que se tem do TBC como mecanismo de transformação social de uma localidade e diante disto ele ser compreendido como uma forma de inovação social. Por tanto, o objetivo deste trabalho é analisar as possíveis congruências entre os conceitos de TBC e IS lançando mão do modelo de análise da inovação social desenvolvido por Tardif e Harrison (2005). Para atingir o objetivo, foi necessária a identificação das dimensões do TBC que emergiram dos achados teóricos presentes na literatura sobre o tema. Seguidamente, o modelo de Tardif e Harrison (2005) foi escolhido para fazer a análise da congruência uma vez que reúne de maneira clara e objetiva os diversos constructos dos conceitos de inovação social, permitindo, portanto, a atender ao que este estudo se propõe.

Em termos estruturais, este artigo está organizado em quatro seções. Além desta parte introdutória, apresentam-se na seção dois e três o percurso conceitual da inovação social e do turismo de base comunitária. Em seguida, é apresentada a rede de congruência entre os temas desenhada a partir do software Atlas TI 7.0¹, e por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. O aporte teórico sobre inovação social (IS)

O conceito de inovação surgiu no início do século XX como um fenômeno decorrente dos processos de evolução dos ciclos econômicos. Assim, a inovação está associada principalmente ao impacto que os novos usos da tecnologia geram no sistema econômico vigente, transformando o comportamento de todos os agentes do mercado e criando novas estruturas socioeconômicas (Drucker, 1985). Já o conceito de inovação social é mais recente. De acordo com Cloutier (2003), James B. Taylor, em 1970, foi o primeiro pesquisador a usar o termo “inovação social”, e a partir da década de 90, intensificaram os estudos na área, principalmente no campo das ciências sociais.

O conceito de inovação social pode ser definido como o desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) para atender às necessidades sociais não atendidas pelo Estado (a exemplo da saúde, educação, trabalho, segurança, dentre outras), e criar novas relações sociais ou

colaborações (BEPA, 2011). As iniciativas de inovação social surgem como uma alternativa aos modelos de desenvolvimento tradicionais onde, vários dos desafios sociais eram percebidos como problemas restritos a uma esfera de intervenção econômica. Assim, os agentes envolvidos em tais processos de transformação social criaram uma dependência dos modelos propostos pelas organizações do terceiro setor e sem fins lucrativos, tornando-se altamente dependentes de subsídios e doações assim como da definição de políticas públicas de curto prazo (European Comission, 2013).

Conforme o *Bureau of European Policy Advisers (BEPA)*, a inovação social pode se manifestar em três níveis: num primeiro nível estão as inovações de demanda social; seguidamente surgem os desafios sociais; e finalmente encontra-se o nível das mudanças sistêmicas. As inovações de demanda social são soluções direcionadas para resolver os problemas presentes em grupos vulneráveis da sociedade que, tradicionalmente, não são contempladas pelo mercado ou pelas instituições existentes. Já os desafios sociais focam em inovações mais abrangentes por meio da integração das dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade. Finalmente as mudanças sistêmicas contemplam as duas categorias anteriores e propõem novos arranjos organizacionais e novas interações entre as instituições sociais e seus *stakeholders*² (BEPA, 2011).

Em termos de desenvolvimento local, a inovação social é apresentada pela The Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD (1994), e reforçada por Saucier *et al.* (2007); Bourque, Proulx e Fréchette (2007); Centre de Recherchesur lés Innovations Sociales - CRISES (2010); e, Assogba (2010), como a criação de novas ideias que transformam a política e a prática desse tipo de desenvolvimento, na busca por respostas aos fenômenos resultantes da tensão entre a necessidade, o contexto, e, as aspirações sociais de atores locais, que buscam melhoria de oportunidades econômicas e qualidade de vida relacionadas ao bem-estar social e melhores condições laborais.

Essas tensões são originadas pela fragilidade dos setores envolvidos e na incapacidade de se obter respostas para a resolução de problemas sociais locais. Desta forma, as aspirações se manifestam através de respostas oferecidas pelos próprios atores envolvidos na tentativa de identificar novas formas de lidar com um problema ou necessidade concreta (Klein e Harrisson, 2007) ou como os membros de uma comunidade descobrem, utilizam e articulam suas potencialidades (Caron, 2007). Assim, essa articulação da sociedade civil proporciona maior coesão social e solidariedade, através da criação de novos significados baseados nas crenças locais e estabelecem de forma irreversível a consciência coletiva (Assogba, 2010).

A visão de Bourque, Proulx e Fréchette (2007) considera que a inovação social: (a) é uma resposta ou solução para um problema social identificado no nível micro ou macro; (b) persegue o objetivo social e baseia-se nos valores que inspiram uma série de atores sociais no contexto micro; (c) é o resultado da mobilização entre uma pluralidade de atores; (d) objetiva difundir o conhecimento, processo, e/ou produto para outras realidades; (e) e deve, a médio e longo prazo, ir além da fase de experimentação, com vistas à institucionalização.

Assim, a inovação social está inserida em um contexto micro-social bem definido, mas, ao longo do tempo e com o reconhecimento social de seus benefícios, pode ser reproduzida a um nível social macro (Assogba, 2010), o que envolve possíveis transformações sociais de maior dimensão e alcance (Lévesque, 2002). Ou seja, ela se volta para as ações comunitárias (objetivo social), e geralmente, abrange pequenos esforços e localidades (Bignett, 2011), oferecendo respostas a um conjunto de questões relacionadas a saúde, educação, habitação, segurança, dentre outros. As iniciativas de inovação social propiciam novas práticas a favor do desenvolvimento econômico, do aproveitamento de recursos e estímulo à produtividade, à formação do capital social e do redesenho da arquitetura institucional em sentidos favoráveis à ampliação dos espaços da governabilidade democrática e a participação dos cidadãos (Ruiz, 2012).

Cloutier (2003) e CRISES (2010) já diziam que o processo da inovação social deve envolver a diversidade de atores e a participação do usuário. Destaca a importância da participação ativa dos indivíduos ou organizações; a cooperação entre os diversos *stakeholders* e, o tipo de cooperação que é designada pela aliança estratégica entre estes e/ou entre a rede de equipes multidisciplinares envolvidas, que deve ocorrer em todas as fases do processo de inovação social, desde a conscientização do problema, identificação das causas, até a implementação das soluções.

Tardif e Harrisson (2005) reforçam que é dada a sinergia dos atores, sua motivação para inovar, a força e, a disponibilidade de gerenciar os recursos para lidar com os obstáculos que, renovam tais papéis distribuídos em várias esferas comprometendo atores de diferentes culturas e identidades em busca de um interesse coletivo e público. A partir desta perspectiva, a inovação social pode ser vista como um processo de aprendizagem coletiva e de criação de conhecimento (Cloutier, 2003). Uma vez organizado e legitimado o processo de inovação social, entra no estágio de institucionalização e difusão, mecanismo

pelo qual é produzido e reproduzido ao longo do tempo, com o objetivo de manter as oportunidades para estratégias alternativas e processos de desenvolvimento (Moulaert *et al.*, 2013).

Assim, a inovação social está profundamente preocupada com a transformação da sociedade e para a melhoria da vida humana, portanto, a teoria envolvida não deve ser usada apenas para interpretar a inovação social como um conjunto de fenômenos, mas também para mobilizar e orientar a prática de transformação e entender as condições sociais e institucionais em que estão envolvidas (Moulaert *et al.*, 2010).

Para uma melhor compreensão, Tardif e Harrisson (2005) criaram dimensões de análise que são comuns a diversas definições, e serão aprofundadas na seção a seguir.

2.1. Dimensões de análise da inovação social segundo Tardif e Harrisson (2005)

A partir de uma análise de 49 estudos publicados pelos membros do *Centre de Recherche sur les Innovation Sociales* (CRISES), Tardif e Harrisson (2005) tentaram identificar e sistematizar os conceitos-chave de inovação social presentes em três eixos temáticos: território; condições de vida; e trabalho e emprego.

Como resultado, os autores encontraram que no eixo território as pesquisas tinham como foco principal os papéis dos atores sociais e suas práticas inovadoras na restauração territorial. Tais pesquisas envolviam o surgimento de redes e suas ligações com a territorialidade, as relações entre empresas, parceiros sociais e organismos políticos e locais, as identidades locais e suas ligações com o desenvolvimento econômico e social.

Já as pesquisas sobre condições de vida diziam respeito ao consumo, uso de tempo, ambiente familiar, inserção no mercado de trabalho, habitação, saúde e segurança, geralmente vinculados a políticas públicas e movimentos sociais. Enquanto que os estudos que discutiam o eixo do trabalho e emprego focavam suas pesquisas na organização do trabalho, regulamentação do emprego, na governança corporativa e na economia do conhecimento (CRISES, 2010).

Em decorrência da análise dos estudos do CRISES, a principal contribuição do relatório de Tardif e Harrisson foi a identificação de cinco dimensões da inovação social, assim como a definição de seus conceitos-chave (Quadro 01). As dimensões propostas são: Transformação; caráter inovador; inovações; atores; processo.

Quadro 01. Dimensões da inovação social segundo Tardif e Harrisson (2005)

Dimensão	Conceitos-chaves
Transformação	<ul style="list-style-type: none"> Contexto micro: crise; ruptura; descontinuidade; modificações estruturais Contexto econômico: emergência; adaptação; relações do trabalho, produção e consumo Contexto social: recomposição; reconstrução; exclusão e marginalização; prática; mudança; relações sociais
Caráter inovador	<ul style="list-style-type: none"> Nos modelos: de trabalho; de desenvolvimento; de governança Na economia: do saber (conhecimento); mista; e social Nas ações sociais: tentativas; experimentos; políticas; programas; arranjos institucionais; regulamentação social.
Inovação	<ul style="list-style-type: none"> Na escala local Tipos: técnica, sociotécnica, social, organizacional e institucional Finalidade: bem comum, de interesse coletivo e geral, cooperação
Atores	<ul style="list-style-type: none"> Sociais: movimentos, cooperativas, associativas; sociedade civil, sindicatos Organizacionais: empresas, organizações de economia social, organizações coletivas, destinatários Institucionais: Estado, identidade, valores e norma
Processo	<ul style="list-style-type: none"> Modos de coordenação: avaliação, participação, mobilização, aprendizagem Meios: parcerias, integração, negociação, <i>empowerment</i>, difusão Restrições: complexidade, incerteza, resistência, tensão, compromisso, rigidez institucional

Fonte: adaptado de Tardif e Harrisson (2005)

A dimensão de “transformação”, conforme os autores, deve ser analisada no contexto (micro, econômico e, social) no qual ocorre a inovação social através do reconhecimento de um ambiente problemático, que impulsiona a criação de inovações (Tardif e Harrisson, 2005). Este contexto é geralmente marcado por crises, que podem levar à ruptura ou descontinuidade de uma determinada estrutura do sistema social (Maurer e Silva, 2012), e que acarretam impactos no conjunto das relações econômicas. Dentro do contexto social, Tardif e Harrisson (2005) afirmam que podem ocorrer uma recomposição ou reconstrução dos laços sociais por meio da adoção de novas práticas, novas relações de trabalho, novas formas de produção e consumo, bem como mudanças nas relações sociais.

Já a dimensão “caráter inovador” se configura como as soluções em respostas à crise, descritas como “algo novo”, e que dependem das condições específicas no qual elas emergem. São identificadas como a implementação de novos arranjos institucionais entre os atores e novas regras sociais (Tardif e Harrisson, 2005). Estas novas soluções surgem como tentativas na fase inicial da implementação, mas, a longo prazo, tendem a se institucionalizar gerando novos modelos de trabalho, de desenvolvimento e de governança. Apresenta como conceitos-chave o caráter inovador nos modelos e na economia.

A dimensão “inovação” deve ser analisada conforme o tipo e a finalidade da solução. Segundo o tipo, a inovação é dividida em cinco categorias principais: a técnica (tecnológica) que emerge na forma de produtos ou tecnologias que geram melhorias para a qualidade de vida dos indivíduos; a sóciotécnica que envolve o interesse organizacional em junção com as demandas sociais; a social que apresenta soluções desenvolvidas por atores da sociedade civil; a organizacional que acontece dentro das organizações em favor da melhoria da qualidade de vida dos funcionários; e a institucional que faz referência a soluções com envolvimento do Estado (Tardif e Harrisson, 2005), sendo esses três últimos tipos de inovação interrelacionados (Lins e Oliveira, 2013). Independentemente do tipo de inovação, esta deve estar inserida no contexto local e focada em sua finalidade de conciliar os objetivos individuais e coletivos, atender ao bem comum, e estimular a cooperação entre os atores (Maurer e Silva, 2012).

Já a dimensão “atores” considera todos os envolvidos no processo como uma peça fundamental para o desenvolvimento e implementação de uma determinada inovação social. Os atores podem ser classificados em atores sociais, organizacionais e institucionais. Os atores sociais incluem membros da sociedade civil, movimento cooperativistas, sindicatos ou associações comunitárias. Os atores organizacionais pertencem a empresas, organizações da economia social, empresas coletivas e beneficiários das organizações privadas. O modelo considera também como critério de análise desta dimensão o estado, a identidade, as normas e os valores de cada ator, assim como os atores intermediários, que se caracterizam pela relação entre os diversos atores, redes sociais e alianças (Tardif e Harrisson, 2005). O processo de inovação social inclui um conjunto de interações entre os atores, aprimora os modos de coordenação, e enriquece o processo de aprendizagem coletiva.

A dimensão “processo” é discutida por Tardif e Harrisson (2005) em termos de modo de coordenação, dos meios envolvidos para a condução da IS, consolidando-se como processo de inovação a partir da colaboração entre os atores, gerando maior participação, mobilização, níveis de aprendizado, e, as restrições à sua implementação, uma vez que tais aspectos do processo dão suporte à compreensão e controle de alguns constrangimentos relacionados à ele, a exemplo da complexidade e incerteza da dinâmica, resistência, tensão entre os atores, e rigidez institucional limitadora do processo inovador.

O trabalho dos referidos autores tem sido utilizado como uma das principais referências para discussão da inovação social, tendo sido amplamente debatido, aprofundado, e, replicado, o que o caracteriza como sendo uma obra seminal, daí a escolha deste para discutir a congruência do turismo de base comunitária como uma inovação social, que se desdobra na sequência.

3. O aporte teórico sobre turismo de base comunitária (TBC)

A eminent discussão sobre os impactos negativos do turismo de massa levou as comunidades científicas, profissionais, e, a sociedade a repensar a atividade turística enquanto promotora de degradação da natureza e das relações sociais das comunidades onde ela ocorre. Esta última tem sido tema de investigação das mais variadas áreas do conhecimento, principalmente, porque a atividade turística tem promovido a segregação entre os investidores, os locais, e, os visitantes.

De um lado, os investidores tem se esforçado para ampliar os investimentos no setor em busca de mais e melhores ofertas de serviços turísticos; e muitos exemplos podem ser trazidos à luz do crescimento econômico do turismo, como o caso de Porto de Galinhas (Pernambuco), região Nordeste do Brasil, onde o investimento estrangeiro é predominante entre os equipamentos hoteleiros. A transformação

dos últimos 15 anos em Porto de Galinhas evidencia o quanto e como o investimento privado pode massificar um destino, isso porque atualmente a capacidade hoteleira é de 13 mil leitos distribuídos em 16 hotéis de três, quatro e cinco estrelas, e resorts; e, 200 pousadas cuja ocupação média é de 80% na alta temporada (AHPG, 2014). Em 2013, 88% dos turistas que visitaram Porto de Galinhas eram brasileiros principalmente provenientes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e, Distrito Federal que viajaram a Porto de Galinhas por meio de pacotes de operadoras de turismo e agências de viagem (AHPG, 2014).

Em contraponto ao turismo de massa, surge o Turismo de Base Comunitária (TBC) que traz como principal proposta ser um turismo de pequena escala, que preserva a originalidade do local, da cultura, da gastronomia, e do modo de vida do destino/roteiro turístico, permitindo uma maior convivencialidade entre hóspedes e anfitriões (UNWTO, 2014).

Para Coriolano (2012) o surgimento de modelos alternativos de turismo se dá por duas vias, a primeira devido à necessidade dos próprios residentes que percebem no turismo a possibilidade de incrementar a renda; e a segunda devido aos visitantes que acabam “abraçando” movimentos em prol de questões universais como a ambiental, gênero, minorias étnicas e defesa à vida.

O modelo alternativo ao eixo convencional do turismo chama a atenção devido ao seu potencial no que tange a sobrevivência e redução da pobreza de muitas comunidades como aldeias de índios, pescadores, agricultores rurais e centros comunitários localizados em favelas. A UNWTO (2013) por exemplo, o considera uma das sete áreas estratégicas para operacionalização do turismo sustentável. No Brasil, o TBC, apesar de estar contemplado como uma prioridade para estimular o turismo sustentável (Plano Nacional de Turismo 2013-2016, M tur, 2013), o mesmo tem sido renegado a segundo plano, uma vez que após o edital de 2008 não houve a disponibilização de recursos financeiros diretos para apoiar tais iniciativas. Ao mesmo tempo em que parece não se ter um diagnóstico do efetivo impacto do uso dos recursos nos projetos selecionados.

De qualquer forma, o TBC é considerado um modelo de desenvolvimento da atividade turística centrado em recursos da comunidade, sendo esta, o agente principal na concepção, desenvolvimento e gestão (Fabrino, Costa e Nascimento, 2014) do turismo da localidade contrapondo-se ao turismo de massa onde a comunidade nativa é, na maioria dos casos, envolvida na atividade turística em serviços marginais como jardineiros, vendedores ambulantes, garçons, camareiras, serviços gerais, entre outros.

Para Okazaki (2008) o potencial do TBC está na participação da comunidade no fazer a atividade turística, isso porque segundo Okazaki “ela é parte integral do desenvolvimento sustentável do turismo” (p. 511). A participação da comunidade é o meio de expressão dos seus desejos e suas aspirações sociais, e o TBC abre esse espaço para que a localidade, mesmo com sua individualidade, se envolva em uma construção coletiva em busca de melhor qualidade de vida.

Na comunidade do Cabula e entorno (Salvador, BA, Brasil), por exemplo, a experiência de TBC “demonstrou o rico potencial do TBC para a construção coletiva... [onde] a participação popular por meio de colegiados [abriu espaço para as pessoas] participarem das discussões sobre as necessidades das comunidades, sobre a atividade turística e as necessidades de infraestrutura, serviços, legislação, etc.” (Silva e Martins, 2012, p. 64).

Apesar da participação ser apontada com uma das principais dimensões do TBC, Burgos e Mertens (2015) criticam a noção de participação frequentemente utilizada nos discursos nesse tipo de turismo, apontando para a necessidade de se entender a participação a partir do grau de apropriação do projeto por parte da comunidade, assim como também analisá-la pelos seus aspectos dificultadores e, possíveis aspectos negativos, como a resistência à mudança, divergências de opinião e, busca de poder.

Além da participação outros constructos teóricos como: poder (Reed, 1997; Mitchel ; Reid, 2001; Okazaki, 2008); capital social (Okazaki, 2008); e, colaboração (Jamal; Getz, 1995; Reed, 1997; Okazaki, 2008) são elementos comumente utilizados para diagnosticar e prescrever soluções para consolidação de experiências de TBC.

Para Coriolano *et. al.* (2009, p. 282) a importância dada ao “envolvimento de todos os residentes da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo enfatiza os valores comunitários e proporciona gestões integradas e mais sólidas para a execução das ações e para os possíveis entraves que enfrentarão”. E daí decorre a cooperação entre os atores que se dá em dois níveis: o micro que se refere a ambiente interno da comunidade, restrita as relações estabelecidas entre seus membros; e a macro, que se refere as relações estabelecidas entre os membros da comunidade e os demais *stakeholders* envolvidos com o turismo.

No desdobramento da cooperação (que pode ser horizontal ou vertical) se conformam os arranjos institucionais ou também denominados de Arranjos Socioprodutivos e Inovativo Locais (ASPILs), que

segundo Coriolano (2009 *apud* Rezende, 2009, p. 3) no cenário do turismo de base comunitária se configuram como arranjos produtivos alternativos, “que muitas vezes são informais, mas sobre tudo solidários, que se dão em pequenas comunidades, bairros ou grupos e são estratégias de sobrevivência que abrangem a hospitalidade juntamente com outras atividades”.

Trata-se também de um arranjo institucional onde diferentes *stakeholders* se articulam para o planejamento de ações de suporte à atividade turística de base comunitária. A perspectiva dos Arranjos Socioprodutivos Locais de Base Comunitária (APL.Com) se dá, uma vez que a maior parte dos projetos de TBC recebem apoio de ONG's, poder público local, estadual e federal, Universidades e outros agentes como o Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) que induzem o desenvolvimento da atividade turística em comunidades tradicionais. Nesse sentido, é comum as iniciativas de TBC apresentarem um arranjo institucional que, a partir da interação e coordenação entre os atores locais, condicione a efetiva participação da comunidade no processo de planejamento e gestão da atividade turística.

O destino Acolhida da Colônia (Santa Rosa de Lima e arredores, SC, Brasil) se caracteriza, segundo Sampaio *et al.* (2007), como um APL uma vez que reúne os diversos requisitos para essa denominação, dentre elas a relação de interface e atuação conjunta entre os atores, não apenas externos mas como internos a exemplo das propriedades rurais que hospedam turistas e que trocam produtos e serviços com outras propriedades além de se organizarem para uma distribuição justa dos hóspedes, promovendo uma ocupação hoteleira equilibrada entre os meios de hospedagem do destino.

Logo, a equidade passa a ser um constructo importante do TBC uma vez que ele se apresenta como um link político entre os atores em estado de cooperação. Ela privilegia os espaços democráticos de participação de todos, mesmo os que não possuem capital, ou conhecimento técnico, ou que são considerados minorias sociais, e é a equidade que relaciona a prática de um turismo onde os benefícios são considerados como ganhos coletivos representados por melhorias nas condições de vida como as relacionadas à infraestrutura da localidade que recebe mais atenção dada a perspectiva de receber o turista apresentando condições satisfatórias de serviços como água, luz, comunicação, dentre outros aspectos.

Muitas vezes a comunidade não possui infraestrutura básica para atender as demandas e aspirações dela própria, e nesse caso TBC pode ser um incentivo a mais para que os atores se organizem para buscar as transformações desejadas.

Diante desse cenário, é importante destacar o papel da governança na consolidação dos roteiros turísticos de base comunitária, uma vez que os atores sociais envolvidos na atividade turística precisam compartilhar valores e princípios distintos dos roteiros turísticos tradicionais, o que põe mais um vez a participação, articulação e coordenação desses atores em evidência. Desse modo, por governança entende-se:

Diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão dos diferentes atores

— Estado, em seus vários níveis, empresas, cidadãos e trabalhadores, organizações não governamentais etc.; e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção e comercialização, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos (Lastres e Cassiolato, 2005:12).

Um dos exemplos de como a governança é pensada de forma coletiva é a divulgação e comercialização coletiva do destino ao invés da promoção e comercialização individual de cada atrativo ou serviço turístico, ou seja, é o destino sendo divulgado com o espírito de que o turista precisa ser atraído para o destino e se ele escolher a pousada A ou B para se hospedar é indiferente. Esse é o exemplo de governança coletiva encontrada na Acolhida da Serra (SC, Brasil) e em vários outros destinos de TBC.

Além da governança no TBC, tem-se nos trabalhos de Sampaio (e diversos autores; 2010, 2011, 2012 e 2013) a relação entre três conceitos chave do TBC: comunidade, convivencialidade, e cotidianidade. No tocante a comunidade entende-se que esta deve garantir o controle do território e o engajamento e participação entre seus membros, como forma de organizações locais, além de contemplar os aspectos necessários para melhoria da qualidade de vida (CORIOLANO, 2012). Para Coriolano (2012) há uma tendência de muitos grupos sociais buscarem soluções a partir de organizações comunitárias, ou seja, para a autora o sentido de comunidade é repensado com foco na necessidade das pessoas em ultrapassarem as relações sociais individualizadas e retomarem a atividade comunal, onde os indivíduos desenvolvem um sentimento coletivo de pertencimento.

A convivencialidade é um termo recorrente nas publicações do autor, entendida como uma relação social na qual há interesse de um sujeito pelo outro, pela busca da alteridade, pelo diferente, pela autenticidade, assim, respeita-se os modos de vida que lhes são próprios, independente de serem caracterizados como modernos ou antiquados.

A convivencialidade pode ser exemplificada pela troca de experiências entre hóspede e anfitrião, como por exemplo, a experiência de participar da preparação de uma refeição produzida pelos anfitriões, que pode incluir desde a compra dos alimentos ou a busca destes na horta, até a participação efetiva na confecção da refeição. Já a cotidianidade é associada com aspectos da comunidade como a utilização do tempo e do espaço, formas de organização do trabalho, consumos de bens materiais e simbólicos, meios de comunicação e tecnologias adotadas (Zuñiga *et al.* 2012), podendo ser exemplificada pela experiência de vivenciar o cotidiano das pessoas em suas rotinas, como por exemplo, a participação na lida do campo, ou na confecção de artesanatos.

A partir da análise da literatura foram identificados vários constructos e suas inter-relações. Tais constructos serviram como base para a formulação dos conceitos-chave presentes nas discussões de TBC, e que são apresentados no seguinte quadro (Quadro 02):

Quadro 02. Constructos do conceito de turismo de base comunitária

Constructo-chave	Autor
Desenvolvimento da comunidade, filosofia de planejamento participativo, controle do processo	Okazaki (2008); UNWTO (2014); MTur (2010)
Distribuição de poder; criação de capital social; e, processos colaborativos	Jamal; Getz (1995); Reed (1997); Okazaki (2008); MTur (2010)
Turismo de experiência; originalidade	UNWTO (2014); Bursztyn (2012)
Autogestão; cooperação; equidade; distribuição dos benefícios gerados	Maldonado (2009); MTur (2010); Fabrino; Costa; Nascimento (2012); Sansolo e Bursztyn (2009)
Valorização da identidade cultural	Sansolo e Bursztyn (2009); Bursztyn (2012)
Convivencialidade, comunidade e cotidianidade	Guzzatti; Sampaio e Coriolano (2013); Zuñiga; Pilquiman, Skewes e Sampaio (2012); Sampaio; Zamignan (2011); Grimm; Sampaio (2011); Zamignan; Sampaio; Mantovaneli Júnior (2011) Sampaio; Alvez e, Lenz (2010) Vasquez de la Torre ; Guzmán; Caridad y Ocerin (2007)
Inovação social	Lima (2009)
Protagonismo da comunidade, atores	Okazaki (2008); UNWTO (2014); MTur (2010); Maldonado (2009); Fabrino; Costa; Nascimento (2012); Sansolo e Bursztyn (2009); Sampaio e Coriolano (2009)

Fonte: elaborado pelos autores

A partir da emergência dos constructos do conceito de TBC apresentado no quadro anterior, foi realizada a análise para estabelecer a congruência entre os estes e o modelo de dimensões da inovação social proposto por Tardif e Harrison (2005). Na próxima seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para realização da análise.

4. Procedimentos metodológicos

Partindo do pressuposto de que o TBC pode ser considerado uma forma de IS este estudo adotou uma abordagem qualitativa com intuito de verificar a existência de uma aproximação conceitual entre os dois constructos.

Considera-se que a abordagem qualitativa é “uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (Richardson *et al.*, 2008, p. 79) como é o caso de iniciativas de Turismo de Base Comunitária e Inovação Social. Além disto, este tipo de abordagem exige a utilização de uma metodologia sistemática, e tem como uma de suas técnicas, a análise de conteúdo (Bardin, 2011), ajudando assim, a descrever e interpretar o conteúdo dos instrumentos usados para a coleta de dados.

Quanto a natureza, esta pesquisa se caracteriza como exploratória pois buscou gerar novas ideias sobre a aproximação conceitual dos temas investigados. As pesquisas exploratórias são orientadas para a descoberta, com a finalidade de descortinar o tema, reunir informações gerais a respeito do objeto investigado (Rodrigues, 2007), possibilitando obter uma melhor compreensão do fenômeno investigado e auxiliando na definição de conceitos, prioridades e aspectos operacionais (Creswell, 2010).

Na etapa de análises dos dados recorreu-se ao software ATLAS.ti 7.0 para a sistematização das categorias de análise elegidas pelos autores deste artigo, e, principalmente, para a construção da rede de congruências entre os constructos analisados. O Quadro 03 sintetiza as atividades realizadas com o uso do software.

Quadro 03. Atividades realizadas com a utilização do ATLAS.ti

Etapa do processo	Ferramentas	Resultados
Criação do arquivo	Salvo em uma unidade hermenêutica	Arquivos salvos com <i>backups</i> automáticos
Inclusão dos textos sobre TBC	Adição dos documentos	Geração dos <i>P-Docs</i>
Codificação	Geração de 5 <i>codes</i> ; uma para cada dimensão do modelo	Seleção dos trechos para cada <i>code</i> e geração de <i>quotes</i>
Categorização	Criação da família de códigos no menu <i>codes</i>	Geração da <i>code family</i> - Desenvolvimento Local Sustentável
Representação gráfica	Formação dos <i>links</i> , utilizando-se: <i>is associated with</i> ; <i>is part of</i> ; <i>is cause of</i> ; <i>is property of</i>	Geração da <i>network</i>

Fonte: Elaboração dos autores

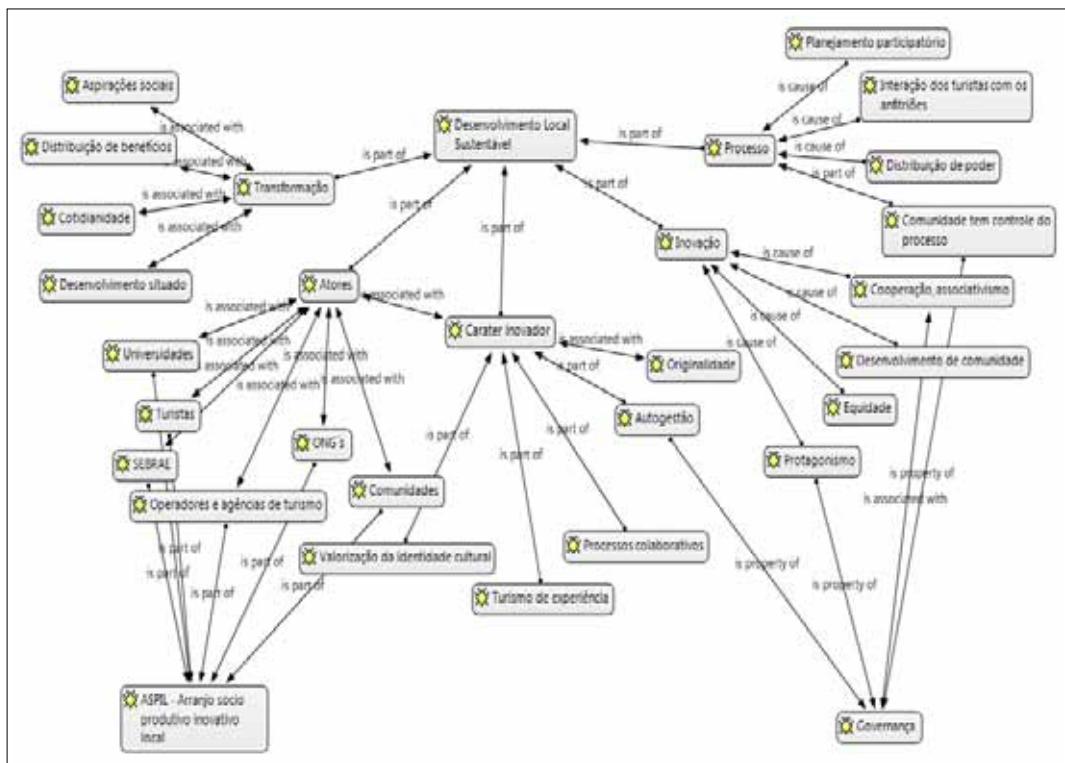
Com base no quadro acima, as etapas iniciais foram a de “construção dos dados” (Bauer, 2003), a partir da criação do arquivo e a inserção, no *software*, dos textos sobre Turismo de Base Comunitária. Na sequência, para associação do TBC como uma forma de inovação social, foram criados cinco códigos (*codes*) originados das categorias de inovação social do modelo de Tardif e Harrisson (2005), a saber: transformação, caráter inovador, inovação, atores e, processo. Através da codificação dos artigos/textos sobre TBC (criação dos *codes*) disponíveis na literatura e acessados pelos autores deste artigo foi possível relacionar tais conteúdos às categorias de inovação social, originando assim a organização de uma teia (*network*), que permitiu apresentar uma visão geral das informações codificadas. Assim, a teia gerada ajudou a estabelecer as relações a partir dos dados analisados.

Essa teia é considerada um mapa conceitual que une os constructos ou palavras-chaves à teoria a que se deve vincular, estabelecendo-se ligações entre os dois constructos por meio de proposições. Os resultados obtidos são apresentados na seção a seguir.

5. As congruências entre os constructos de Turismo de Base Comunitária e Inovação Social

Quando se analisa os dois constructos, encontra-se laços que evidenciam fortemente a congruência entre a Inovação Social (IS) e o Turismo de Base Comunitária (TBC) (Figura 01). Isso porque, a base de ambas está no desenvolvimento local sustentável, quando se propõem a promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida que buscam na IS soluções para os problemas sociais que ocorrem em seu espaço, e neste sentido o TBC tem sido apontado como aquele que é capaz de preservar as tradições e costumes locais (Lima, 2012) valorizando a identidade cultural local (Sansolo, Bursztyn (2009); Bursztyn (2012)) pelo fato de evitar a “espetacularização” de suas tradições e, privilegiar a originalidade (UNWTO (2014); Bursztyn (2012)) e, a convivencialidade ((Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013); Zuñiga, Pilquiman, Skewes e Sampaio (2012); (Sampaio e Zamignan (2011); Grimm e Sampaio (2011); Zamignan, Sampaio e Mantovaneli Júnior (2011); Sampaio, Alvez e Lenz (2010)).

Figura 01. Rede que demonstra a congruência entre IS e TBC.



Fonte: elaboração própria

Em relação às cinco dimensões da inovação social propostas por Tardif e Harrison (2005), isto é, processo, inovação, caráter inovador, atores e transformação foram encontradas as seguintes congruências:

Na **dimensão de transformação** a cooperação; o desenvolvimento da comunidade; a equidade; o protagonismo comunitário, são elementos que surgem quando se analisa a finalidade da inovação do modelo de Tardif e Harrison (2005).

No contexto micro, as transformações ocorrem pela percepção da crise na comunidade que no TBC muitas vezes está associada a posse da terra, e da necessidade de uma ruptura com a situação atual geralmente atrelada a uma expectativa de melhoria econômica dada a possibilidade de se configurar relações de trabalho-produção-consumo da/na sua cotidianidade. Isso vai permitir a melhoria, e muitas vezes, a recomposição/reestruturação das relações sociais dos membros da comunidade envolvida no TBC.

Por sua vez, Lima (2009) argumenta que o TBC, quando contempla os princípios de emponderamento comunitário, solidariedade e liberdade pode ser entendido como inovação social, ou seja, como um interesse social contínuo de inovar. Tal interesse consiste em ações que os grupos comunitários entendam como fundamentais para transformação de suas realidades no que tange, principalmente uma forma de vida mais justa.

O caráter **inovador** do TBC se configura dado o seu modelo de autogestão, de governança que busca resultados para a melhoria da coletividade, do bem comum, na esfera local. Mas a complexidade e a resistência evidentes no TBC (resistências ao turismo de massa, à especulação imobiliária, às formas tradicionais de governança do turismo, dentre outras) são restrições do processo de inovação social conforme apontam Tardif e Harrisson (2005) uma vez que a maioria dos destinos/roteiros de TBC explicitam a luta pela sobrevivência frente às adversidades econômicas, sociais, ambientais e políticas e, também frente ao turismo convencional (Coriolano, 2012, Coriolano e Sampaio, 2012).

Na dimensão da inovação o conceito de inovação social pode ser entendido como o desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) para atender às necessidades sociais

e criar novas relações sociais ou colaborações (BEPa, 2011). Quando se observa esse conceito desde a ótica do turismo de base comunitária percebe-se que a inovação ocorre pelo fato dele ser pensado e executado em escala e dimensão local, pois o TBC se caracteriza por ser o tipo de turismo que ocorrem em comunidades com dificuldades de diversas ordens; e; a transformação (outra característica da inovação social) vai ocorrer considerando as suas potencialidades micro, como por exemplo sua capacidade organizacional e relacional interna (laços de amizade, cooperação, associativismo, etc), ou seja, o potencial de articulação e mobilização dos membros da comunidade em busca de ganhos para a coletividade (bem comum) fazem com que esse tipo de turismo se diferencie do paradigma atual vigente na atividade turística.

Nas dimensões de atores e, de processos o planejamento e controle do turismo são de caráter colaborativo, tendo o protagonismo das comunidades, em um espírito de cooperação entre si e interface com os demais atores institucionais como as universidades, ONGs, governos municipais, estaduais e federal, e também com os atores organizacionais como, operadoras e agências de viagens, dentre os mais relevantes. E outra vez, aqui se percebe que os princípios da inovação social se entrelaçam aos princípios do TBC, uma vez que ambos estão envolvendo uma “pluralidade de atores” (Bourque, Proulx e Frechette, 2007, p.10) e, que há uma nova configuração nos “modos de coordenação e, de como os atores interagem e coordenam o desenvolvimento” da atividade, apontando “novos modelos de trabalho” (Tardif e Harrisson, 2005, p. 25). Ou seja, percebe-se que o TBC é uma inovação social pois é “um processo que envolve a “propriedade” de inovação por parte da comunidade local, através de um processo de negociação democrática e, de compromisso. E o resultado de um desenvolvimento conjunto entre os atores locais” (Bourque, Proulx e Frechette, 2007, p.11).

Outra congruência identificada entre inovação social e TBC é a o papel-chave dos atores, que no TBC se configura pela articulação entre atores da comunidade que interagem entre si e na interface com seus *stakeholders*.

6. Considerações finais

Ao analisar os constructos teóricos do TBC fica clara a sua congruência entre as principais categorias de análise da inovação social sugeridas no modelo de Tardif e Harrisson (2005). As congruências entre os constructos permite afirmar que ambos estão direcionados ao desenvolvimento local sustentável, sendo que a inovação social é um desdobramento macro desse desenvolvimento, enquanto que o TBC é um desdobramento micro da inovação social.

Assim como apontou Lima (2009), em seu estudo, o TBC e a inovação social convergem para uma via que rompe com a “abordagem limitante da geração de renda” (p. 168) e dialogam diretamente com um desenvolvimento local mais igualitário, justo, e, equilibrado; permitindo ganhos que se traduzem em melhorias das condições de vida.

É como quebra ao paradigma convencional do turismo que o TBC se torna uma inovação social, pois nesse tipo de turismo o turista vai poder plantar, colher, pescar, cozinhar, tirar leite da vaca, fazer um mamulengo (boneco de papel como fantoche), tecer, fazer escultura, dançar, dentre tantas outras atividades que reproduzem a cultura, a história, as crenças e valores de uma comunidade, ao mesmo tempo em que pode se hospedar na casa de um nativo como se fosse membro da família, aproximando as relações que foram distanciadas (e se tornam frias) pela formalidade de um *check in*, ou do serviço de *vallet*, e pelo isolamento de cada hóspede em seu quarto/habitação.

O TBC quebra não só o paradigma do turismo na percepção do turista, mas também quanto a governança permitindo que desde a vendedora de tapioca (lanche típico da culinária nordestina), ao hoteleiro, e o proprietário do atrativo discutam o planejamento e a execução do turismo, que perpassa diversos aspectos como a promoção e comercialização do destino, a pressão ou parceria entre os *stakeholders* para execução de melhorias na infraestrutura básica como por exemplo saneamento básico.

É então pela inovação do serviço/produto turístico e pela sua organização que o TBC pode ser considerado uma inovação social.

O presente trabalho também aponta direcionamentos importantes no tocante a perspectiva dos Arranjos Socioprodutivos e Inovativos Locais (ASPL's) e a governança dos mesmos. Esse dois elementos emergiram como resultados da interação entre as cinco categorias de análise da IS e as características teóricas do TBC. Desse modo, as estruturas de governança e a abordagem teórica dos ASPL's enquanto configuração institucional do TBC são sugeridos como oportunidades de estudos futuros.

Bibliografia

- AHPG - Associação dos Hotéis de Porto de Galinhas
 União de Hoteleiros Ergue um Destino. Disponível em <http://www.ahpg.com.br/ahpg>
- André, Isabel; Abreu Alexandre
 2006. Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, XLI, 81, pp. 121-141.
- Assogba, Yao
 2010. Théorie systémique de l'action sociale et innovation sociale. Alliance de recherche université-communauté/innovation sociale et développement des communautés (AURC-ISDC), Université du Québec en Outaouais (UQO), Série: Recherches, no 31, mars.
- Bauer, M.; Gaskell, G.
 2003. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petropolis.
- Bardin, Laurence
 2010. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.
2011. __. __. São Paulo: Edições 70.
- Bepa
 2011. Empowering people, driving change - social innovation in the European Union. Publications Office of the European Union. Luxemburgo.
- Bignetti, Luiz Paulo.
 2011. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos* 47(1):3-14, janeiro/abril.
- Blackstock, Kirsty.
 2005. A critical look at community based tourism. *Community Development Journal*. vol 40 n. 1 January, pp. 39-49
- Bourque, D.; Proulx, J.; Fréchette, L.
 2007. Innovations sociales en Outaouais. Rapport de recherché. Alliance de recherche université-communauté/innovation sociale et développement des communautés (AURC-ISDC), Université du Québec en Outaouais (UQO), Série: Rechesches, n. 5, novembre.
- Burgos, Andrés; Mertens, Frédéric.
 2015. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. vol. 13, n. 1, p. 57 - 71.
- Bursztyn, I.
 2012. Desatando o nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do Turismo de Base Comunitária na Amazônia. 2012, 251 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Caron, A.
 2007. Inovação Social e o Papel da Indústria. In: farfus, D.; Rocha, M. C. de S. Inovações Sociais. (Coleção Inova; V. II). Curitiba: Sesi/SENAI/IEL/UNINDUS.
- Cloutier, Julie.
 2003. Qu'est-ce que l'innovation sociale? Cahier de recherche du CRISES, n. ET0314, Montreal: UQAM. Crises.
2010. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. Rapport Annuel des activités scientifiques du CRISES 2009-2010. Quebec.
- Creswell, J. W.
 2010. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Corolano, Luzia Neide M. Teixeira et al.
 2009. Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança. Fortaleza, EdUECE.
- Coriolano, L.N.
 2012. O turismo comunitário no contexto da globalização. In: Coriolano, L. N.; Vasconcelos, F. P. Turismo, território e conflitos imobiliários. Fortaleza: EdUECE, p. 11-25.
- Coriolano, Luzia N.; Barbosa, Luciana M.
 2011. Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará – Brasil. *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL, Año 2011. Costa Rica, pp. 1-26, II Semestre.
- Coriolano, L. N. Sampaio, C. A. C.
 2012. Territórios solidários latino-americanos e turismo comunitário no rebatimento aos megaempreendimentos transnacionais. In: Coriolano, L. N.; Vasconcelos, F. P. Turismo, território e conflitos imobiliários. Fortaleza: EdUECE, p. 27-41.

- Comeau, Y. et. al.
2007. *Conditions de vie*. In: *L'innovation sociale. Émergence et effets sur les transformations des sociétés*, Juan-Luis Klein et Denis Harrisson (dir.), Québec, Presses de l'Université du Québec, chapitre 18, pp. 361-377.
- Druker, P.
1985. *Innovation and Entrepreneurship*. New York: Harper Collins Publisher, Inc.
- European Comission.
2013. *Social Innovation research in the European Union: Approches, findings and future directios*. Science Communication Unit. University of the West of England. Bristol,
- European Comission.
2014. *Social Innovation and the Environment*. Science Communication Unit. University of the West of England. Bristol.
- Farfus, D.; Rocha, M. C.
2007. Inovação social: Um conceito em construção. In. Farfus, Daniele; Rocha, Maria Cristhina de Souza (orgs.). *Inovações sociais*. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, (Coleção Inova; V. 2).
- Fabrino, N. H. Costa, H. A. Nascimento, E. P.
2012. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Ecoturismo*. v.5, n.3, p.546-559.
- Franco, A.
1998. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Proposta. n. 78. setembro/novembro.
- Freeman, R. E.
1984. *Strategic Management: a Stakeholder Approach*. Boston, MA: Pitman.
- Gonzalo, C.; Cabrera,
2012. E. Turismo Comunitario... ¿desarrollo o utopía? Caso la Esperanza. *Kalpana*, Nº. 8 , págs. 42-49
- Grimm; I. J.; Sampaio, C. A. C.
2011. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. *Revista Brasileira de ciências ambientais*. n.19, Mar., p. 57-68.
- Guzzatti, T. C.; Sampaio, C. A. C.; Coriolano, L. N. M.
2013. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da associação de agroturismo acolhida na colônia (SC). *Revista Brasileira de Ecoturismo*. São Paulo, v.6, n.1, jan/abr, p.93-106.
- ITS - Instituto de Tecnologia Social.
2007. Caderno tecnologia social: conhecimento e cidadania. ITS, fev.
- Jamal, T. B.; Getz, D.
1995. *Collaboration theory and community tourism planning*. *Annals of tourism research*. v. 22, n. 1, p. 186-204.
- Klein, J.; Harrisson, D.
2007. *L'innovation sociale: Émergence et effets sur la transformation des societies*. Press de l'Université du Québec.
- Lévesque, B.
2002. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: Colloque du Cqrs au Congres de L'ACFAS, 2001, Montreal, Cahiers du CRISES, v. 0205.
- Lima, R. P.
2012. Turismo de base comunitária como inovação social. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em engenharia da produção. UFRJ, Rio de Janeiro.
- Lins, S. A.; Oliveira, R. R.
2013. Configurações Organizacionais do processo de inovação social em uma universidade pública: o caso do NUSP/UFPE. In: *XV Congresso Latino-Iberoamericana de Gestão de Tecnologia, Anais...*, Porto, 27 a 31 de outubro.
- Macallum, D.; et. al.
2009. *Social Innovation and Territorial Development*. Ashgate Publishing Limited. England.
- Maldonado, Carlos.
- 2009, "O Turismo Rural Comunitário na América Latina." In: Bartholo, Sansolo e Bursztyn, *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p.31.
- Maurer, A. M; silva, T. N.
2012. Dimensões de análise para o reconhecimento de inovações sociais: uma investigação em empreendimentos coletivos do setor de artesanato. In: *XXXVI Encontro da ANPAD, Anais...*, Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro.

- Mitchell, R. E; reid, D. G.
2001. Community integration: Island tourism in Peru. *Annals of tourism research.* v. 28, n.1, p. 113-139.
- Moulaert, F. et al.
2005. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. *Urban Studies*, n. 42, v. 11, pp. 1.969-90.
- Moulaert et. al.
2013. *The International Handbook in Social Innovation: Collective action, learning and transdisciplinary research.* Edward Elgar Publishing, Massachusetts.
- Moulaert, F.
2009. Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorially (Re)Produced. In: maccallum, D.; et. al. *Social Innovation and Territorial Development.* Ashgate Publishing Limited. England.
- MTur Ministério do Turismo. Dados e Fatos: Estudos, pesquisas e dados sobre o setor de turismo. Disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Caderno_MTur_alta_res.pdf
2013. MTur. Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Disponível em: http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/savanna/TGT%20I/PNT_2013-2016.pdf. Acesso em: 08 set.
- Mulgan, G.
2006. The Process of Social Innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, 1(2), 145-162.
- OECD. *Manual Frascati 1993.* Paris. OECD, 1994.
- Okazaki, Etsuko.
2008. A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 16, No. 5, 511-529
- Phills JR., J. A.; Deigmeier, K.; Miller, D. T.
2008. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, Fall, p. 34-43.
- Reed, M. G.
1997. Power relations and community-based tourism planning. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 3, p. 566-591.
- Richardson, Roberto J.; Peres, José A. S.; Wanderley, José C. V.; Correia, Lindoya M.; Peres, Maria H. M.
2008. *Pesquisa social: métodos e técnicas.* São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, R. M.
2007. *Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas.* São Paulo: Atlas.
- Ruiz, Javier E.,
2012. Inovação Social: desafios e estratégias para o desenvolvimento inclusivo do território. V Diálogo Regional. Recife, 24 e 25 de maio.
- Sampaio; C. A. C.; Zamignan, G.
2011. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microrregião do Rio Sagrado, Morretes (PR). *Revista de Cultura e Turismo/CULTUR.* Ano 6, n.1, p. 25-39.
- Sampaio, C. A. C.; Alves, F. K.; Lenz, T. C. Z.
2010. Encontro comunitário de trocas: um atrativo para o chamado turismo comunitário: Uma experiência solidária na Micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes, Paraná. *Revista de Cultura e Turismo/CULTUR.* Ano 4, n.2, p. 3-18, Jun.
- Sampaio, Carlos Alberto Ciocce; coriolano; Luzia Neide.
2009. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.* v. 3, n. 1, p. 4-24, abril.
- Sampaio, Carlos Alberto C.; Montovanili JR., Oklinger; pellin, Valdinho; Oyarzun Mendez, Edgardo.
2007. Acuerdo productivo local de base comunitaria y ecodesarrollo: Análisis de tres experiencias brasileñas. *Estudios y Perspectivas en Turismo.* [online]. vol.16, n.2, pp. 216-233 .
- Sansolo, D. G; Bursztyn, Ivan.
2009. Turismo de Base Comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: In: Bartholo, Sansolo e Bursztyn, Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p.142-161
- Saucier, Carol; et al.
2007. Développement et territoire. In: *L'innovation sociale. Émergence et effets sur les transformations des sociétés*, Juan-Luis Klein et Denis Harrisson (dir.), Québec, Presses de l'Université du Québec, chapitre 19, pp. 377-395.
- Silva, Francisca de P. S. da; Martins, Luciana C. de A.
- 2012 Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária. *Sustentabilidade em Debate - Brasília*, v. 3, n. 2, p. 61-70, jul/dez.

- Tardif, C.; Harrisson, D.
 2005. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. Cahiers du CRISES. Québec. UNWTO
 2014 Rural and Community-based tourism. Disponível em <http://sdt.unwto.org/en/content/rural-and-community-based-tourism>. Acesso em: 06 jul.
 UNWTO
 2013. Policy guidelines and tools. Disponível em: <http://sdt.unwto.org/en/content/fields-work>. Acesso em: 01 set.
 Vásquez de la Torre, M. G. M, Guzmán, T.J.L-G; Caridad y Ocerin. J. M.
 2007. Turismo comunitario en Centroamérica: un análisis econométrico. Papers de turisme, N°. 41, p. 57-73
 Zamignan, G.; Sampaio, C. A. C.; Mantovaneli Júnior, O.
 2011. Etapas de diagnóstico da metodologia de planejamento e gestão de arranjos socioprodutivos de turismo comunitário: a experiência da Microrregião do Rio Sagrado (Morretes, Brasil). Turismo e Sociedade. v.4, n. 2, p.249-264, Out.
 Zuñiga, C. E. H.; Pilquiman, M. Skewes, J. C.; Sampaio, C. A. C.
 2012. Culturas originárias e turismo: uma experiência de turismo comunitário no mundo Mapuche, Tralcao, sul do Chile. Revista Brasileira de Ecoturismo. v.5, n.1, jan/abr, p.103-118.

Notas

- ¹ ATLAS.ti é um software desenvolvido pela empresa ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH
- ² Stakeholders são todos aqueles interessados e afetados pelos processos em questão. Oriunda das teorias de gestão e, elaborado por Freeman (1984) a teoria dos stakeholders abrange além dos interessados nas relações econômicas, aqueles atores que de alguma maneira são impactados pelos processos organizacionais.

Recibido: 09/09/2014
Reenviado: 04/02/2015
Aceptado: 10/03/2015
Sometido a evaluación por pares anónimos